

Antônio Carlos é contra Telebrás abrir capital

BRASÍLIA — Em pronunciamento, ontem, na Comissão de Educação, Esporte, Cultura, Ciência, Tecnologia e Comunicação da Constituinte, o Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, disse que seu Ministério é contrário à abertura do capital da Telebrás, inclusive à venda de ações da Embratel, e favorável ao monopólio estatal no setor dos Correios e Telégrafos. Ele prometeu interceder junto ao Presidente José Sarney para que seja suspensa a concessão de canais de rádio e televisão enquanto durar a Constituinte. Com essa intercessão estará atendendo a um apelo do Relator da Comissão, Deputado Artur da Távola, durante o debate com parlamentares, que durou cinco horas.

Antônio Carlos defendeu a atual política de concessão de canais de rádio e televisão. Informou que uma pesquisa realizada pelo Ministério das Comunicações com base em oito países comprovou que não há qualquer coincidência nos prazos de concessão.

— Sou favorável ao prazo de dez a 15 anos proposto pela Comissão —

disse.

O Ministro condenou o rejeitado anteprojeto da Relatora da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e Comunicações, Deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), que propôs a criação de um Conselho Nacional de Comunicação, formado por representantes do Executivo, Legislativo e sociedade e com a incumbência de julgar os pedidos de concessão de canais de rádio e televisão.

— O que se propôs não existe em parte alguma do mundo, da União Soviética até a Índia — frisou.

Criticou ainda a reserva de mercado para a informática e a regulamentação dessa matéria na nova Carta:

— A reserva de mercado para a informática impede o intercâmbio comercial. Nossa Lei da Informática poderá ser um fracasso semelhante ao do Plano Cruzado.

Antônio Carlos Magalhães disse que se dependesse exclusivamente de sua vontade teria cancelado todas as concessões de canal ocorridas no último ano do Governo Figueiredo.

Lembrou que um parecer do Procurador Darci Peçanha determinou que elas fossem revistas caso a caso. Em 1984, informou, o Executivo fez 40 concessões de canais de ondas médias, 59 de frequência modulada e 12 de canais de televisão. No primeiro ano da sua gestão a frente do Ministério, 1985, foram concedidos 47 canais de OM, 66 de FM e 14 de televisão — 24 a mais do que no último ano do Governo Figueiredo. Em 1986, o número de concessões subiu para 155 e este ano, até maio, já houve 63.

O Ministro deu conta de que o número de telefones em operação no Brasil cresceu de 1,1 milhão em 1962 para 12,1 milhões em 1986. Os serviços de telex cresceram nos últimos 14 anos de 4.660 para 88.400 terminais. Ele disse que, quando assumiu o Ministério, encontrou o setor sujeito a um longo período de contenção nos tetos de investimentos — o que limitou o processo de expansão, gerando grande defasagem entre a oferta e a demanda de serviços — e a desvio de recursos do Fundo Nacional de Telecomunicações para outros setores.

Empenho em esclarecer as dúvidas sobre política para as comunicações

BRASÍLIA — O Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, demonstrou ontem, para um auditório repleto de parlamentares, seu interesse em participar da Comissão de Inquérito que poderá ser instalada no Senado para investigar a exploração dos satélites, a compra da NEC, as concessões de canais e a política do Governo para o setor de comunicações. Para ele, será uma oportunidade de esclarecer definitivamente essas questões.

Fartamente documentado, Antônio Carlos pediu ao Presidente da Comissão de Educação, Esporte, Cultura, Tecnologia e Comunicação, Senador Marcondes Gadelha, para ultrapassar o prazo previsto e dar explicações ao Deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ), que o questionou sobre o processo de compra da NEC do Brasil.

— Em 19 de março de 1985, o então Ministro da Fazenda, Francisco Dor-

neles, durante despacho com o Presidente Sarney, disse que era necessário tomar algumas providências contra o senhor Mário Garnero. Nossa atuação se limitou a pagar todas as encomendas entregues e suspender as futuras.

O Ministro negou o envolvimento do Ministério na escolha do comprador e exibiu uma carta da Telebrás, de 13 de maio de 1986, em resposta à sua consulta sobre os possíveis compradores da NEC, em que a empresa atesta que todos os interessados eram grupos de "reconhecida idoneidade", não havendo nenhuma objeção:

— Estes documentos provam, incontestavelmente, que não houve nenhuma participação do Ministério na escolha do sócio. Evidentemente, se eles marcharam para escolher o sócio que julgavam empreendedor e capaz não temos nada a opor.

Lana caprina

A FÓRMULA consagrada reza que todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido. Por proposta do Senador José Richa, a nova Constituição dirá que o poder é exercido "com o povo", eliminando-se o "em seu nome".

A JUSTIFICATIVA da troca é o estabelecimento da premissa de uma democracia participativa. Como argumento em sentido oposto, poder-se-ia dizer que assim desaparece o conceito da democracia representativa.

DÁ UMA discussão interessante. E que seria até útil, se por essa via se estruturasse as democracias.

Ministro nega existência de monopólio na televisão

BRASÍLIA — Durante cerca de uma hora — 30 minutos além do prazo estipulado pelo Presidente da Comissão da Família, Educação, Esportes, Cultura, Ciência, Tecnologia e Comunicações, Senador Marcondes Gadelha (PFL-PB) — o Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, fez um balanço detalhado sobre o setor de telecomunicações.

Na fase dos debates, que durou três horas e meia, o primeiro a falar foi o Relator da Comissão, Deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), que indagou a opinião do Ministro sobre o monopólio estatal no setor, o prazo das concessões de rádio e televisão, a criação do Conselho de Comunicação (proposto pela Deputada Cristina Tavares, do PMDB-PE, para substituir a ação do Executivo nesse sentido) e pediu que sejam suspensas todas as concessões durante a elaboração da nova Constituição.

O Ministro, de maneira educada mas irônica, elogiou a inteligência do Deputado e sua intenção de fazer "proselitismo de idéias antes de fazer seu relatório". De início, Antônio Carlos reagiu à suspensão das concessões, mas acabou acatando a idéia e prometeu levá-la ao Presidente José Sarney.

O Deputado do PMDB baiano Joaci



O Ministro apresenta um balanço detalhado do setor à Comissão de Comunicações

Góes, por sua vez, criticou o Ministro, afirmando que, segundo denúncia da Deputada Cristina Tavares, ele "comprou o voto de dois Deputados da Subcomissão de Comunicação em troca da concessão de canais de rádio e televisão". O Ministro interrompeu-o e disse ser "uma falta de respeito aos Deputados da Subcomissão". Góes passou, então, a condenar Antônio Carlos por suas posições políticas e afirmou que existe um monopólio na televisão brasileira.

— Essas críticas — respondeu Antônio Carlos — são fruto da inveja ao trabalho e competência, responsá-

veis pela terceira emissora de televisão do mundo. Não há monopólio de televisão no Brasil. Pode haver monopólio da qualidade de uma televisão sobre as outras. Então, o que nos cabe é melhorar as outras e não piorar a que tem boa qualidade.

O diálogo entre o Deputado e o Ministro tornou-se cada vez mais agressivo, e Marcos Gadelha foi obrigado a intervir, para advertir sobre seu poder de cassar a palavra dos parlamentares. Em seguida, pediu ao Ministro que encerrasse a discussão.

Os Deputados que falaram a seguir eram do PFL e a maioria abordou a censura nos meios de comunicação.